



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 0042/2023

Número de referência: CGE-PRC-2022/00029 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria da Educação

UNIDADE: Diretoria de Ensino de São Carlos

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicita cópia de todas as atas das reuniões da APM e do Conselho de Escola, realizadas na EE Prof. Segundo Carlos Lopes, no município de Ibaté. Demanda atendida. Provimento negado.

DECISÃO CODUSP/LAI Nº 0042/2023

1. Trata o presente expediente de pedido formulado Diretoria de Ensino de São Carlos, conforme consta do Protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso o órgão informou para a solicitante que *"os livros contendo as atas estavam disponíveis para consulta na EE Prof. Segundo Carlos Lopes, sendo necessário o agendamento conforme disposto no Inciso III do Art. 13 do Decreto no 7.724 /2012."* Insatisfeita a solicitante apresentou o presente apelo revisional a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022, alegando não dispor de meios para se locomover à escola e analisar os dados constantes nas atas, uma vez que seu filho exige cuidados e presença constante.
3. Instado a se manifestar o ente esclareceu que não possui os documentos solicitados no formato digital e demonstrou que a produção da informação, nos moldes pretendidos pela requerente, impactaria negativamente na rotina da unidade devido ao grande volume de documentos.
4. No caso em apreço, verifica-se que o órgão atendeu adequadamente a demanda da requerente ao disponibilizar as atas para consulta na unidade escolar, em conformidade com o artigo 15, § 2º, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, oportunidade em que esclareceu os motivos de não atender ao pedido de envio da documentação na forma solicitada
5. Cabe destacar que a mesma solicitante, em um outro protocolo SIC nº 784162215127, solicitou a base legal que a impedia de entrar na EE Prof. Segundo Carlos Lopes, oportunidade em que recebeu a informação de que o acesso à escola é permitido desde que seja agendado com antecedência.
6. Considerando que não houve negativa de acesso aos documentos solicitados e que o órgão disponibilizou a documentação para consulta em sua sede, e, indicou as razões de fato para não enviar a documentação na forma solicitada pela requerente, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego provimento**, de acordo com disposto no artigo 11 da Lei federal nº 12.527, de

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

- 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação - LAI) e artigos 13, III e 15, § 2º, do citado Decreto 7.724/2012, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850/2022.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 23 de janeiro de 2023.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202300806A